



Ofício nº 001/2023 – Entidades da Polícia Federal

Brasília, 07 de agosto de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Andrei Augusto Passos Rodrigues
Diretor-Geral da Polícia Federal

Assunto: Recomposição Salarial dos Servidores da Polícia Federal.

Senhor Diretor-Geral,

Cumprimentando-o, as entidades de classe da Polícia Federal abaixo assinadas, as quais representam todos os policiais federais e servidores administrativos, dirigem-se a Vossa Excelência para externarem preocupação e requererem urgência na adoção de medidas cabíveis para recomposição salarial de todos os policiais federais e servidores administrativos, ativos e inativos, e seus pensionistas.

Como já é de conhecimento, os servidores da Polícia Federal estão com suas remunerações já defasadas em relação à inflação, perfazendo uma das categorias federais com o menor índice de recomposição ao longo da série histórica desde a implementação do subsídio (2006). Fazendo-se uma remissão a partir dessa data, verifica-se que há uma defasagem salarial expressiva, mesmo considerando-se o menor índice oficial de correção monetária.

É fato que já houve um percentual emergencial de recomposição de 9% e reconhecemos esta iniciativa. Não obstante, a desvalorização dos cargos policiais e administrativos continua sem precedentes. Ademais, importante frisar que tal recomposição recuperou basicamente o aumento da alíquota previdenciária em 5%, em razão da nefasta reforma da previdência (EC n.º 103/2019), o que gerou, em verdade, uma redução salarial para todos os policiais federais e servidores administrativos. Além disso, só nos últimos quatro anos a defasagem salarial é de 27% e, ao longo da séria após subsídio, de 51% (não contabilizada a recomposição de 9%).

Basta dizer ainda que atualmente os policiais federais, comparativamente a outras carreiras do sistema de justiça criminal, estão em posição de extrema desvantagem, como a DPU e AGU, por exemplo, as quais já possuem um valor agregado bem superior ao que atualmente recebemos. Não é diferente em relação às polícias civis, onde, em pelo menos 11 estados, os policiais federais têm uma remuneração menor. Recentemente ainda, as carreiras da Receita Federal obtiveram a regulamentação de seu bônus de produtividade, o que fará com que também tenha um valor agregado de remuneração bem superior às remunerações de nossa Polícia Federal.

Neste sentido que a Polícia Federal encaminhou tabela de reestruturação assinada por todas as entidades, num ato histórico, conforme ofício de 15.02, a qual posteriormente gerou o EMI nº 105/2023 MJSP MGI MPO, que se encontra no MGI, a nosso ver, sem a devida movimentação.

Ocorre que, concretamente, já se passaram 7 meses e as forças policiais federais continuam sem a devida valorização. E toda essa situação contradiz com o papel



fundamental exercido pelos policiais federais e servidores administrativos, de norte a sul do Brasil, inclusive no combate aos crimes ambientais, aos crimes cibernéticos e na defesa do Estado democrático de direito. É importante sempre frisar que não há gasto com a Polícia Federal, mas sim investimento. Conforme dados do Órgão, todos os anos a PF viabiliza aos cofres públicos 43 bilhões de reais em apreensões, restituições e em prejuízos evitados. Considerando o orçamento anual da PF, em torno de 8 bilhões de reais, podemos dizer que a cada real gasto com a Polícia Federal tem-se o retorno de 5,3 reais, fruto do trabalho dos policiais federais. Investir nos servidores da Polícia Federal é valorizar o maior patrimônio da instituição.

De toda forma, o clima é de extrema apreensão de todas as categorias, sendo imperativo que tenhamos alguma sinalização concreta sobre a recomposição salarial. Torna-se, portanto, urgente o envio de Medida Provisória ou do respectivo PL ao Congresso Nacional, bem como os necessários PLNs para a aplicação ainda em 2023, que sejam anuídos e previstos os respectivos implementos destas parcelas de recomposição previstas na reestruturação ora citada, nos PLDO, PLN nº 04/2023, ainda em tramitação no Congresso e inserida, também no PLOA 2023, Lei Orçamentária Anual, a qual deve ser encaminhada em breve ao Congresso Nacional ainda neste mês.

Pois, sem as presentes proposições ou previsões orçamentárias e respectivas aprovações, as promessas de valorização da Polícia Federal e da reestruturação ora propagandeadas por esta Direção-Geral e pelo próprio Ministro da Justiça, serão perdidas pelo não exercício da oportunidade de se tornarem viáveis sob o aspecto legal, atendendo às premissas técnicas e orçamentárias necessárias.

As entidades de classe abaixo assinadas, na certeza de que Vossa Excelência fará os esforços necessários, reafirmam, portanto, o compromisso em defesa da Polícia Federal e do Estado Democrático de Direito, mas ressaltam a necessidade urgente de uma resposta do governo federal sobre as demandas apresentadas que visam, principalmente, fortalecer a própria instituição e o papel fundamental que vem desempenhando pelo País.

Respeitosamente,


LUCIANO SOARES LEIRO
Presidente da ADPF


WILLY HAUFFE NETO
Presidente da APCF


MARCUS FIRME DOS REIS
Presidente da FENAPEF


TANIA FERNANDA PRADO PEREIRA
Presidente da FENADEPOL


JOÃO LUÍS RODRIGUES NUNES
Presidente do SINPECPF